

Bolsa de Nova York suspende a negociação de papéis da Eletrobras

Motivo é que estatal não enviou documentos; temor é ter de antecipar pagamento de dívida

NICOLA PAMPLONA
LUCAS VETTORAZZO
DO RIO

Por atraso na entrega de documentos oficiais, a Bolsa de Valores de Nova York confirmou nesta quarta-feira (18) a suspensão das negociações de papéis da Eletrobras.

A suspensão é o primeiro passo no processo de “deslistagem”, isto é, a retirada dos papéis da estatal do pregão.

A medida limita o leque de investidores aptos a negociar as ações da Eletrobras, já que diversos fundos só podem comprar papéis negociados nos EUA.

Além disso, há no governo o temor de que gere a obrigação de resgate antecipado de dívidas, embora a empresa diga que tem entendimento contrário sobre o tema.

O ministro Romero Jucá (Planejamento) disse que o prejuízo para o Tesouro com o resgate poderia chegar a R\$ 40 bilhões, com impacto na previsão de déficit que será apresentada ao Congresso.

A Eletrobras está atrasada na entrega do formulário 20-F, documento que consolida informações financeiras e operacionais, de 2014.

Segundo a estatal, nos compromissos firmados com detentores de títulos de dívida, não há cláusula que fale em resgate antecipado em caso de atraso no balanço.

O atraso ocorreu porque a empresa de auditoria KPMG se recusou a assinar o balanço de 2014 enquanto não forem identificados os prejuízos causados pelo esquema investigado pela Lava Jato.

Problema semelhante foi enfrentado pela Petrobras no fim de 2014, quando a estatal foi ameaçada de resgate antecipado da dívida por não

conseguir entregar seu balanço auditado.

Em nota, a Bolsa de NY disse que a Eletrobras pode recorrer ao comitê de regulação enquanto corre o processo.

Na manhã desta quarta, antes da confirmação do início do processo, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, afirmou que a empresa entrará com recurso para ganhar tempo para entregar os documentos.

Segundo a Eletrobras, as investigações contratadas ao escritório Hogan Loells US LLP “ainda não estão substancialmente completas” a ponto de ser possível incluir no balanço.

SANGRIA

A sangria da Eletrobras começou em 2012, com a edição da medida provisória 579, na qual o governo federal renovou o contrato de concessão de empresas do setor elétrico sob a condição de que aceitassem redução na tarifa.

“A Eletrobras tem sido terrivelmente prejudicada por medidas do governo”, disse o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, para quem a situação reflete o uso político da empresa.

“A Eletrobras tinha um plano de investimento muito grande para levar adiante, com obras das hidrelétricas do rio Madeira e de Belo Monte, e viu sua receita cair quase 70% com a MP.”

Em entrevista nesta quarta (18), o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu que o governo analisará uma capitalização para a Eletrobras. Disse, no entanto, que, no momento, não considera ser necessário fazer o mesmo com a Petrobras.